

23 de janeiro de 2026

Exmo. Sr. John Mbadi,
Secretário de Estado, Tesouro Nacional e Planejamento Econômico, Quênia

Prezado Senhor,

ASSUNTO: O PAPEL DO QUÊNIA NA RECARGA DE RECURSOS DA PARCERIA GLOBAL PARA A EDUCAÇÃO (GPE) DE 2026

Nós, as organizações da sociedade civil abaixo assinadas, saudamos a notícia de que o governo do Quênia sediará um evento de reposição da GPE com o tema “Investindo em Nosso Futuro” no dia 26 de janeiro.

O governo do Quênia desempenhou um papel crucial ao lado do Reino Unido na última reposição da [Parceria Global para a Educação](#) (GPE) e esperamos que isso possa servir de exemplo inspirador para a próxima reposição, a ser coorganizada pela Itália e pela Nigéria ainda este ano.

Na última ronda de financiamento da GPE, coorganizada pelo Quênia e pelo Reino Unido, o presidente Kenyatta elaborou uma [declaração dos chefes de Estado sobre o financiamento da educação](#); faria sentido que o Quênia incentivasse e apoiasse o governo da Nigéria a fazer algo semelhante, mobilizando compromissos e promessas dos governos parceiros da GPE em todo o mundo.

Um ponto de referência lógico e fundamental para moldar esses novos compromissos deve ser o [Apelo à Ação sobre o Financiamento da Educação](#), acordado na **Cúpula de Chefes de Estado das Nações Unidas para a Transformação da Educação (TES)** em 2022 — que enfatiza a importância de medidas relacionadas a impostos, dívida e gastos com salários do setor público para transformar o financiamento da educação. A TES foi a reunião global de educação de mais alto nível já realizada e traçou uma agenda crucial sobre o financiamento da educação pública, que deve ser estrategicamente promovida na preparação e durante a reposição de recursos da GPE em 2026:

1. Sobre IMPOSTOS

O Apelo à Ação da TES exorta os governos a “*comprometerem-se a atingir uma relação adequada entre impostos e PIB, conforme necessário, por meio de reformas tributárias ambiciosas e progressivas, com compromissos associados ao financiamento do investimento em educação*”.

O documento também exortou a comunidade internacional a “*priorizar ações globais na área tributária, apoiando reformas internacionais que possam ajudar os países a aumentar suas receitas fiscais de forma rápida e progressiva*”, inclusive por meio de “*ações globais contra brechas fiscais, acordos sobre um registro global de ativos, a redução de fluxos financeiros ilícitos, a tributação comercial injusta, medidas contra paraísos fiscais e a promoção de um processo para estabelecer regras tributárias globais justas*”.

Na **reposição de recursos da GPE**, a importância desses compromissos deve ser reiterada, com os governos parceiros sendo incentivados a dar exemplos de como a expansão das receitas tributárias por meio de reformas progressivas pode ajudar a transformar o financiamento disponível para os sistemas educacionais. Seria importante também referir o papel crucial do Grupo da África na ONU em impulsionar a votação da Assembleia Geral da ONU para uma Convenção Fiscal da ONU em 2022/3 e como as negociações sobre essa convenção em Nairóbi em 2025 ajudaram a manter o ímpeto. Esse impulso precisa ser mantido até 2026, até a aprovação final da Convenção Fiscal da ONU em 2027 — já que a mudança das regras fiscais globais é crucial para permitir que todos os países arrecadem mais receitas internas para transformar o financiamento da educação.

2. Sobre a DÍVIDA

O apelo à ação do TES foi muito claro quanto à necessidade de abordar a questão da dívida para que os países possam financiar uma educação pública de qualidade. Ele instou a comunidade internacional a “*apoiar medidas de alívio, reestruturação e, em alguns casos, cancelamento da dívida para quaisquer países que gastem mais com o serviço da dívida do que com a educação*”. Também pediu aos governos que ajudem a “*revisar a*

arquitetura financeira e da dívida internacional... incluindo a remoção de condicionalidades que exijam cortes nos gastos com educação como pré-requisito para obter novos financiamentos”.

Na **reposição de recursos da GPE**, o governo do Quênia, juntamente com a Nigéria e muitos outros países, deve destacar o quanto é prejudicial serem forçados a gastar mais com o serviço da dívida externa do que com a educação. O nível de endividamento em toda a África hoje é um dos maiores obstáculos ao aumento dos gastos com a educação. Com 54 países em crise de endividamento e 50% de todos os países de baixa renda gastando mais com o serviço da dívida do que com a educação, essa é uma realidade comum que requer atenção urgente. Esperamos que o governo do Quênia possa trabalhar com o governo da Nigéria e outros para unir forças e exigir uma reestruturação ousada da dívida, o cancelamento da dívida e uma reforma da arquitetura da dívida como meios essenciais para avançar no financiamento da educação. Na Cúpula das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Sevilha em junho de 2025, o Quênia e a Nigéria se uniram a outras nações africanas para pedir uma Convenção-Quadro da ONU sobre Dívida Soberana. Essa proposta foi bloqueada no documento final de consenso de Sevilha, mas o Quênia e a Nigéria poderiam enfatizar a importância de avançar nessa questão para apoiar o financiamento da educação – por exemplo, apelando a todos os governos parceiros da GPE para que apoiem uma votação a favor de uma Convenção da ONU sobre Dívida na Assembleia Geral da ONU.

3. Sobre AUSTERIDADE e PROFESSORES

O apelo à ação da TES exortou a comunidade internacional a *“instar o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições financeiras internacionais a abordar obstáculos, como as restrições salariais no setor público, que impedem o aumento dos gastos com a educação; e a defender políticas que permitam um novo recrutamento significativo de professores profissionais onde quer que haja escassez”*. Essa agenda foi reforçada pelas recomendações finais do [Painel de Alto Nível sobre a Profissão Docente do Secretário-Geral da ONU](#), em 2024.

A **reposição de recursos da GPE** oferece uma oportunidade de resistir às recomendações políticas frequentemente coercitivas do FMI — de cortar ou congelar os gastos com salários do setor público — que têm um impacto devastador na capacidade de recrutar mais professores, apesar da escassez de docentes. O governo do Quênia deve trabalhar em conjunto com a Nigéria para solicitar que o FMI apoie aumentos efetivos na porcentagem do PIB destinada à folha de pagamento do setor público, a fim de resolver a escassez de professores, e também para que o FMI se sente à mesa para um diálogo sustentado com a comunidade global de educação (o que o FMI continua evitando).

Concentrar a atenção na agenda estratégica mais ampla de financiamento acordada na Cúpula “Transformando a Educação” faz sentido para uma iniciativa dos Chefes de Estado sobre a reposição de recursos da GPE. O Quênia, na qualidade de coanfitrião anterior, pode colaborar com o governo da Nigéria para construir uma narrativa positiva e transformadora sobre o financiamento da educação na reposição de recursos da GPE. O evento de reposição de recursos, a ser realizado em²⁶ de janeiro, seria um palco de grande impacto para demonstrar tal compromisso e cooperação.

É claro que qualquer declaração coletiva dos governos parceiros também deve **exortar os doadores a manter ou aumentar seus compromissos com a GPE**, lembrando-os da meta de 0,7% do RNB para a AOD e do parâmetro da TES de que 20% da ajuda deve ser alocada à educação – e reafirmando a importância dos princípios de eficácia da ajuda. Muitos dos presentes em 26^{de} janeiro serão doadores bilaterais, e é essencial que sintam a pressão coletiva dos governos parceiros em desenvolvimento para reverter as tendências preocupantes de corte na ajuda.

Dado o papel do Quênia como líder regional na educação de meninas e no empoderamento dos jovens, ressaltamos a importância de garantir que todos os compromissos de financiamento assumidos na reposição da GPE sejam

sensíveis às questões de gênero, transformadoras e inclusivas. Instamos o Governo do Quênia, em parceria com a Nigéria, a defender estratégias de financiamento da educação que eliminem as barreiras enfrentadas pelas meninas, particularmente aquelas afetadas pelo casamento precoce, gravidez e/ou deficiência, e a priorizar o recrutamento e a retenção de professores treinados em sensibilidade às questões de gênero. Ao colocar a equidade de gênero e a participação dos jovens no centro do financiamento da educação, o Quênia pode reafirmar sua liderança continental e estabelecer um precedente transformador para a comunidade global de educação.

Embora esta seja uma oportunidade para levantar questões estratégicas no cenário global, é também um momento para o governo do Quênia reforçar seus próprios compromissos internos com o financiamento da educação, por exemplo, assumindo compromissos em relação ao [Quadro das 4 S](#):

1. Manter a **parcela** do orçamento destinada à educação em, no mínimo, 20% do orçamento anual para a educação
2. Aumentar o **tamanho** do orçamento governamental como um todo (por meio de medidas relacionadas a impostos, dívida e austeridade)
3. Aumentar a **sensibilidade** dos gastos com educação – para alcançar os mais excluídos e marginalizados, incluindo meninas e aquelas que se casam cedo ou estão grávidas
4. Aumentar o **escrutínio** dos gastos com educação — por exemplo, por meio de auditorias independentes, acompanhamento comunitário do orçamento, monitoramento da integração das pessoas com deficiência etc. — para garantir que os recursos cheguem efetivamente aos destinatários, especialmente nas comunidades marginalizadas.

Ao comemorarmos o Dia Internacional da Educação em 24^{de} janeiro, aguardamos com expectativa o evento de 26^{de} janeiro e esperamos que o governo do Quênia possa colaborar com o governo da Nigéria para aproveitar ao máximo esta oportunidade histórica de liderança no cenário global da educação.

Atenciosamente

ActionAid

Grupo de Trabalho Elimu Bora

Coalizão Elimu Yetu

Fórum de Mulheres Africanas Educadoras (FAWE) – Seção do Quênia

Campanha Global pela Educação (GCE)

Iniciativa Global pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Comissão de Direitos Humanos do Quênia

Plan International

Aliança Impostos e Educação (Tax Ed)